

**“ASSIM NA TERRA COMO
NO CÉU”: O
NEOLIBERALISMO E O
NEOCONSERVADORISMO
NA TRIBUNA EVANGÉLICA**

**"AS ON EARTH SO IN HEAVEN": NEOLIBERALISM AND
NEOCONSERVATISM IN EVANGELICAL POLITICAL DISCOURSE**

Ciências Humanas • 14/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776146350](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776146350)

Enya Maria da Silva Fonseca

Deyvison Rodrigues Lima

RESUMO

O tema da pesquisa é a relação entre o conservadorismo religioso e as estratégias políticas no Congresso Nacional. A atuação de congressistas evangélicos no cenário do legislativo nacional não se restringe apenas à atuação nas pautas sobre moralidade sexual e familiar, pois também se mostram como atores importantes na articulação em temas como segurança pública, economia e trabalho. O objetivo desta pesquisa é investigar em torno de quais valores e princípios este grupo vota e se articula para aprovar projetos. Se o conservadorismo religioso atua como operador de sentido político, apresentando justificativas no campo moral seja para a defesa de repressão penal, seja para flexibilização de direitos, por exemplo, percebe-se como resultado que a construção de inimigos morais se relaciona diretamente ao neoliberalismo como quesito de gestão social, uma vez que responsabiliza o indivíduo por sua falha ou sucesso. A conclusão indica que o conservadorismo religioso evangélico criminaliza a pobreza, condena comportamentos sexuais contrários à moralidade evangélica, além de pretender a diminuição seletiva do papel do Estado, tendo em vista as ameaças à ordem e à moral cristã.

Palavras-chave: evangélicos neopentecostais; política brasileira; neoliberalismo; neoconservadorismo.

ABSTRACT

The research topic focuses on the relationship between religious conservatism and political strategies in the National Congress. The presence of evangelical lawmakers in the national legislative arena is not limited to their engagement in debates concerning sexual and family morality; they also play a significant role in shaping policies on public security, economics, and labor. This study aims to investigate the values and principles guiding this group's voting behavior and

political maneuvering in passing legislation. If religious conservatism functions as a framework for political meaning—providing moral justifications for punitive policies, the erosion of labor rights, and the restriction of redistributive measures—then the findings suggest that the construction of moral enemies is directly linked to neoliberalism as a mode of social governance. This logic places responsibility for individual failure or success solely on the individual, reinforcing a market-driven approach to societal issues. The conclusion indicates that evangelical religious conservatism criminalizes poverty, condemns non-heteronormative and non-cisgender sexual behaviors, and advocates for the selective reduction of the state’s role—justified as a defense against threats to Christian moral order.

Keywords: Brazilian Evangelical Pentecostals; Brazilian politics; Neoliberalism; Neoconservatism.

Introdução

Se o “capitalismo deve ser visto como uma forma de religião”,¹ não podemos estranhar ao encontrar resquícios, comportamentos e crenças na vida dos fiéis transpostos da religião para a economia. Do mesmo modo, a política se torna palco dos valores e práticas de uma secularização, assumida como tal ou não, que transpõe o sentido teológico do culto para a vida e interesses terrenos, seja profanando o sagrado, seja consagrando o mundano.² Neste cruzamento de esferas, o argumento da pesquisa busca analisar alguns indícios da relação entre o discurso neoliberal e a prática religiosa, revelando o aparente ajuste e a reciprocidade entre o neoliberalismo e o evangelicalismo. De modo mais específico, levando em conta a atuação da bancada evangélica e sua ênfase no discurso “liberal na economia, conservador nos costumes”, ou seja, o discurso que, por

um lado, sustenta o livre mercado e suas consequências individualistas, mas, por outro lado, reafirma a moral cristã e a família tradicional como princípios fundamentais.

A hipótese que sustentamos sugere a relação indissociável entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo por meio da necessidade do reforço entre o mercado e a moral, isto é, a forma econômica do capitalismo neoliberal exige o empreendedorismo entendido como uma responsabilização dos indivíduos, segundo a qual a família se tornaria a provedora primeira e única, em vez do Estado.³ Na passagem de um paradigma do endividamento público – política do welfarismo com seus direitos sociais (keynesiano) – para a esfera do mercado, a saber, as formas de endividamento privado, tais como, a substituição da saúde universal, da educação gratuita e da previdência e seguridade pública por instituições privadas⁴ o neoliberalismo, nesta versão neo-hayekiana, demanda uma adequação comportamental, uma espécie de design social que repercuta diretamente nas formas de subjetivação, ou melhor, naqueles valores e condutas que devem ser reforçadas em detrimento de outras, visando a governamentalidade.⁵

A proposta do artigo não é a análise dos dogmas ou a influência da fé nos conceitos e decisões econômicas ou políticas, mas a busca por evidenciar o comportamento da bancada evangélica a partir da análise de elementos expressos pelo discurso religioso, correspondendo aos princípios morais e econômicos do capital assumidos em projetos e votações legislativas. No contexto internacional, grupos religiosos conservadores têm um protagonismo na manutenção e promoção de governos de extrema-direita (ou ultra-direita)⁶, que também se alinham ao neoliberalismo. Como exemplo, podemos citar o caso dos Estados

Unidos, onde a ascensão da direita cristã, marcada pela eleição de Donald Trump, em 2024, foi crucial para a consolidação de políticas econômicas ultraliberais e para a implementação de uma agenda conservadora em relação a temas sociais.⁷ Ao analisarmos os casos brasileiro e estadunidense, é possível identificar que o elo entre evangelicalismo e neoliberalismo faz parte de uma dinâmica mundial que busca garantir a participação de grupos religiosos no processo político e econômico baseado no Estado mínimo e fortalecimento do conservadorismo.

Diante disso, o poder político da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) se mostra evidente nas votações e discursos que versam sobre direitos humanos, legislação trabalhista e políticas econômicas, tornando-se por essa atuação incessante um dos blocos suprapartidários mais ativos do Congresso Nacional, apesar de multifacetado e contraditório. Ainda que na maioria das vezes seja lembrada pelo seu posicionamento em pautas morais, como oposição ao aborto e a defesa da família tradicional, a articulação e desempenho legislativo desta frente demonstra um alcance maior, abarcando outras questões centrais no debate político nacional.⁸ Prova disso são os acordos políticos com grupos conservadores do agronegócio e do empresariado nacional, que são favoráveis à desregulamentação do mercado, à redução do Estado na economia e à flexibilização das normas trabalhistas. Todos esses fatores confirmam a união entre propostas neoliberais e neoconservadoras, além da compreensão da aliança sagrada entre capitalismo e religião, na defesa dos valores cristãos ligada a um projeto político mais amplo, favorecendo aos interesses das elites econômicas.⁹

Os conceitos e as interseções entre neoliberalismo e neoconservadorismo

Para compreender a relação entre neoliberalismo e neoconservadorismo, Wendy Brown¹⁰ nos fornece o ponto de partida. Em 1938, juristas, economistas, filósofos, entre outros intelectuais de diversas áreas, participaram de um encontro em homenagem a Walter Lippmann, em Paris. No “Colóquio Lippmann”, uma série de debates acerca do liberalismo gerou a proposta de um neologismo, qual seja, o *neo-liberalismo*, em sentido oposto ao paleo liberalismo. Na década seguinte, a Sociedade *Mont Pèlerin* assume a herança e propõe o neoliberalismo explicitamente como modo de governo. Em várias direções e por influências e escolas distintas, os neoliberais assumiram o protagonismo da política mundial em meados da década de 1980.¹¹ Podemos elencar algumas das características mais típicas dos neoliberais, tais como, a privatização dos serviços públicos, a redução do welfarismo, a flexibilização das leis trabalhistas, a desregulamentação jurídica dos mercados, a imunização do mercado em relação à democracia popular, entre outras. No entanto, há características mais profundas e determinantes para sua compreensão. A rigor, é exatamente aquilo que eles não afirmam que constitui sua natureza, a saber, mais do que medidas econômicas ou políticas, a batalha principal do neoliberalismo estaria na “conquista de mentes e corações”, nos termos atribuídos a Margareth Thatcher, ou seja, na elaboração de uma arquitetura social e psicológica planejada e decidida em prol do mercado, uma racionalidade que governa de ponta a ponta a existência de cada indivíduo.¹² Se o neoliberalismo não planejava realizar originalmente a liberação do setor financeiro, ainda mais sem uma efetiva rede de instituições supranacionais de natureza econômica, subordinando não apenas os indivíduos, mas também a soberania estatal, por sua vez, o tema da alteração comportamental era uma constante:

Com a financeirização, não apenas os Estados e mesmo as instituições supranacionais estão subordinadas aos poderes e vicissitudes dos mercados financeiros, mas também a produção subjetiva e a subjetividade mudam: risco, crédito e especulação [...] moldam não apenas a vida econômica, mas a vida política.¹³

No fundo, a proposta neoliberal é um projeto de substituição da soberania política por uma soberania econômica como modo de reduzir a influência estatal nos fluxos de capitais, bem como neutralizar a mobilização de trabalhadores, seja pelo desmonte sindical, seja pelo fluxo de investimentos em regiões com mão-de-obra barata e direitos trabalhistas inexistentes.¹⁴ O desinvestimento ou desindustrialização por que passou o Norte global, atrelados à financeirização e à implantação de uma economia de serviços, provocou forte queda na quantidade e na qualidade dos empregos. Todavia, como explicar a adesão à mentalidade e política neoliberais justamente dessa parcela numerosa de desempregados, precarizados, excluídos e as vítimas dos desastres econômicos da Grande Recessão de 2008, como explicar sua adesão ao projeto de poder daqueles que provocaram a situação em que vivem? Como pensar essa “servidão voluntária”? De que forma os princípios neoliberais de liberdade produzem ou justificam o discurso de liberdade para exclusão e violência por parte dos movimentos de extrema-direita? Sob o lema de “Deus, pátria e família”, os mercados se aliam politicamente aos partidos conservadores e de extrema-direita e implementam a *agenda* neoliberal. Ora, esse projeto político dos mercados livres com valores morais tradicionais, na

leitura de Brown, é “um programa político-moral [...] para compensar os efeitos [do capitalismo]”, implicando a “promoção de valores tradicionais nas famílias, escolas e espaços cívicos, na corroboração de uma influência religiosa na vida política e no cultivo do patriotismo”.¹⁵

Esses dois fenômenos, digamos, macro e micropolítico, encontram-se e reforçam a dominação. Na leitura de Foucault, o neoliberalismo como racionalidade política é o que torna a realidade inteligível, esse é o modo de verificação do mercado, tanto ao afirmar que os princípios de mercado se tornam princípios de governo - lembremos do lema de que “não sou político, sou gestor”¹⁶ - seja ao transformar o indivíduo em um tipo de *homo oeconomicus*, ou seja, não apenas o indivíduo da troca e da satisfação das necessidades, mas no sujeito da competição extrema e aperfeiçoamento do seu capital humano. Desse modo,

Na formulação dos neoliberais, os mercados competitivos necessitam de suporte político e, portanto, de uma nova forma [...] de ‘governamentalização’ do Estado. Na nova racionalidade governamental, por um lado, todo governo é para os mercados e orientado por princípio de mercado e, por outro, os mercados devem ser construídos, viabilizados e amparados e ocasionalmente até mesmo resgatados por instituições políticas. Os mercados competitivos são bons, mas não são naturais nem autossuficientes.¹⁷

Desse modo, tais características – princípios de mercado como princípios de governo e o governo como agente do mercado, em prol do mercado – são próprias do neoliberalismo e marcam uma separação em relação ao liberalismo clássico, constituindo uma “reprogramação da governamentalidade liberal [...] empreendedorizando o sujeito, convertendo trabalho em capital humano, reposicionando e reorganizando o Estado”,¹⁸ como um grande experimento de construção da realidade ao entender o governo também como “conduzir a conduta”.

Para Brown, a questão é investigar como “a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente anti-democráticas na segunda década do século XXI [...] não é que o neoliberalismo por si só causou a insurgência da extrema direita no Ocidente”, porém “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão de valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem em todo o lugar infletido lei, cultura e subjetividade política”.¹⁹ Segundo a autora, afinal, “compreender as raízes e as forças da situação atual requer avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberais, e não somente as condições econômicas e os racismos persistentes que a geraram”.²⁰ A produção subjetiva e social do neoliberalismo forjou não apenas “mentes e corações”, mas também “sofrimento econômico e rancor racial” nas classes trabalhadoras e classe média, após décadas de desconstrução da democracia liberal, das instituições sociais e, sobretudo, do aspecto social e igualitário do welfarismo, apenas incipiente no Sul global. A raiva e o ressentimento são instrumentalizados por meio dos movimentos de cunho conservador e tomam forma na ascensão populista de líderes autoritários. Diante dessa leitura, Brown acrescenta ainda uma sutileza na análise, pois “longe de se distinguir desses assaltos, [esses movimentos] adquire[m] voz e forma a partir deles”.²¹

Em todo caso, seja a consequência lógica das teses, seja sua deturpação, os neoliberais pretendem neutralizar a política e isolar os mercados, ou melhor, excluir das decisões políticas qualquer interesse econômico democrático ou popular, com o intuito de admitir, como a única decisão política possível, a decisão pelo mercado: em vez de atuar no mercado, causando uma politização danosa ao sistema, a ordem política atuaria como garantidor e possibilitador do sistema de trocas, deixando a cargo do próprio mercado a universalização da forma mercadoria, de modo a limitar as possibilidades teóricas e práticas dos indivíduos, inclusive sob o ponto de vista moral. Brown assimila tal leitura quando afirma que os neoliberais também tencionam “colocar a política para fora dos mercados [...] acima de tudo, eles temiam a mobilização política de cidadãos [...] e buscavam no mercado, na disciplina moral [ou no endividamento] e numa democracia severamente cerceada as formas de pacificá-los e contê-los”.²² Seguindo a autora e sua tese sobre a natureza da conjuntura atual:

*[...] o neoliberalismo [não] visou [os] princípios, políticas, práticas e formas de racionalidade, nem advoga que os fascismos dos anos 1930 estão ‘retornando’, nem que a civilização Ocidental, outrora no caminho do progresso, encontra-se agora num período de regressão. Ao invés disso, teoriza a atual formação como relativamente inédita, divergindo dos autoritarismos, fascismos, despotismo ou tiranias de outras épocas e lugares e diferindo também dos conservadorismos convencionais.*²³

No livro *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, Brown analisa o neoliberalismo como aquele mecanismo que submete todas as relações à forma-mercadoria, isto é, economiciza todos os aspectos da existência, das instituições democráticas à subjetividade. Do mesmo modo, em *American Nightmare*, a autora aborda o neoliberalismo e o neoconservadorismo como fenômenos distintos, mas relacionados. Todavia, esses trabalhos possuem um ponto cego, segundo a própria autora, a saber, a novidade que emerge da revolução neoliberal de Thatcher e Reagan, um novo tipo de racionalidade que se estabelece a partir de então e se imiscui como uma forma de subjetividade hegemônica, para além da subordinação das soberanias políticas ao mercado. Para a autora,

Essa revolução visava habilitar o mercado e a moral para governar e disciplinar indivíduos, ao mesmo tempo maximizando a liberdade, e assim o fez por meio da demonização do social, assim como da versão democrática da vida política. A razão neoliberal, especialmente como Hayek a formulou, coloca o mercado e a moral como formas singulares de provisão de recursos para as necessidades humanas, compartilhando princípios e dinâmicas ontológicos. Enraizados na liberty e gerando uma ordem e evolução espontâneas, seus opostos radicais são qualquer tipo de política, planejamento e justiça sociais deliberados e administrados pelo Estado.²⁴

Assim, um papel não apenas do mercado, mas também da moral, reforçando a importância do mercado na disciplina dos corpos e na

universalização de todo tipo de relação em relação econômica, a economização da vida ou a forma-mercadoria como o único modo social possível. No entanto, ainda não é totalmente evidente o apelo à moralidade e, sobretudo, à família e à moral tradicional. Segundo Brown, o discurso neoliberal necessita dessa recuperação da moralidade e das normas familiares por se tratar de uma substituição conveniente: em vez de direitos sociais e econômicos ou welfarismo, a família passa a assumir inúmeros aspectos que seriam de responsabilidade social ou pública, coletiva. Neste ponto, ressalta-se a privatização por outros meios de instâncias como educação, segurança, previdência e saúde, que se tornaram mercadorias adquiridas no mercado, não mais fornecidas ou mediadas por qualquer tipo de Estado de bem-estar social. A responsabilização dos indivíduos (e da família) retomam a característica do patriarcalismo como marca e suas consequências morais, pois “embora os neoconservadores promovessem os valores familiares por razões econômicas, suas agendas juntavam-se em políticas por meio das quais as ‘obrigações naturais’ e o ‘altruísmo’ das famílias substituiriam o Estado de bem-estar”.²⁵ Todavia, este seria o único liame entre o neoliberalismo e a moralidade conservadora? Para Brown, haveria ainda a necessidade de retomar Hayek para perceber a família e a moral não apenas como uma rede de proteção, mas também como o paradigma a partir do qual a disciplina e a autoridade teriam sua base. Além disso, seria a estrutura que a extrema-direita utiliza a retórica dessa relação para alimentar:

Campanhas que classificam como assaltos à liberdade e à moralidade toda política social que desafia a reprodução social das hierarquias de gênero, raça e sexo, ou as políticas que promovem tímidas correções das diferenças extremas entre classes. Para Hayek, o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade [...] Ambos são organizados espontaneamente e transmitidos por meio da tradição e não pelo poder político. Os mercados só podem funcionar impedindo-se o Estado de neles se imiscuir ou intervir. A moral tradicional só pode funcionar quando se impede igualmente que o Estado intervenha nesse domínio e quando a expansão daquilo que Hayek chama de 'esfera pessoal protegida' confere à moralidade mais poder, amplitude e legitimidade do que as democracias sociais [...] propiciam".²⁶

Nesse contexto, justiça social para esses grupos se torna um artefato de *Kulturkampf* à la Gramsci, isto é, o discurso do politicamente correto que privilegia as elites e oprime o povo. De repente, o discurso anti-*establishment* se torna arma e crítica à serviço da extrema-direita. Se a retórica política contra a política não é novidade, assim como a demonização de tudo que pareça público, social ou coletivo, isso recebe um novo impulso com o recurso à moralização em plena modernidade, pois, conforme Brown,²⁷ “[...] mais que um projeto de ampliação da esfera da competição e valoração de mercado [...] o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando

a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação”.²⁸

A armadilha que entramos é que tanto a liberdade de mercado (forma-mercadoria) quanto o tradicionalismo moral se tornam expressões da racionalidade neoliberal que não são exclusividade apenas dos conservadores ou de parcelas da população, mas de todos os indivíduos forjados sob esse projeto. Tal projeto, assim, articula mercado e moral numa equação perversa: as desigualdades já existentes crescem e são reforçadas pelas políticas neoliberais (privatizações, desregulamentações), acentuando as exclusões e rejeições sociais, raciais, de gênero, de origem, etc., com os vieses que já são bem conhecidos desde as contratações e promoções no trabalho. Parcela desta população desamparada vai encontrar refúgio no discurso religioso de cunho neopentecostal, que lhes oferece, afinal, compreensão, afeto e proteção da violência das periferias (em tese, ameaçadas pela violência cotidiana, promiscuidade, alcoolismo e outras tentações “mundanas” pecaminosas); outra parcela, nos inúmeros grupos conservadores e de extrema-direita, desde os *incels* (em inglês, *involuntary celibates*. Ou celibatários involuntários) ou MGTOW (*Men Going Their Own Way*, ou homens tomando seu próprio caminho, em inglês) até os monarquistas. Evidentemente, neste caldo de reações, grande parte também se encontra na economia de plataforma (uberização) ao suprir as necessidades após o desemprego. Um dos elementos que une esses grupos e interesses é a relativa deriva de qualquer política pública, de qualquer órgão estatal ou reivindicação coletiva de trabalhadores. Pelo contrário, a moralidade tradicional se alia à racionalidade neoliberal e produz um tipo de subjetividade imune aos apelos para uma organização política. Todos estão “no corre” e precisam dar conta da própria vida e manutenção da família. A

compreensão da vida pública como aquilo mais elevado do ser humano não faz sentido, abandonada há séculos a antiga concepção grega e sua pólis.²⁹

Assim, a moralidade individualista serve para reforçar ainda mais as relações de subalternidade e desigualdade, por exemplo, quanto às demandas de liberdade reprodutiva ou o reconhecimento do passado escravocrata. Tudo isso se torna “politicamente correto”, “opressão da esquerda contra a liberdade de expressão” ou, simplesmente, “antipatriotismo”. Segundo Brown, “a lógica que considera seu protesto antipatriótico é organizada por uma imagem da nação que compreende as tradições como imunes à crítica, incluindo tradições de policiamento e de racismo”,³⁰ mas que servem de apoio para aquelas populações desprovidas de horizontes materiais, precarizadas, feridas no orgulho de classe e nostálgica de tempos anteriores e, ao menos na lembrança, felizes e de bonança. Mais uma vez o mito da origem, desempenhando um papel central na argumentação conservadora.

Se a tese de Brown é que o neoliberalismo gerou por acidente o contexto político atual, não seria demais afirmar que, neste caso, não há como escapar do ditado popular: “quem sai aos seus, não degenera”, mesmo que se trate de um Frankenstein, como a autora afirma. Ainda assim, ela sustenta que:

O neoliberalismo produziu efeitos muito diferentes daqueles imaginados e visados por seus arquitetos. Há várias razões para isso. Primeiramente, há uma espécie de retorno do recalcado na razão neoliberal – uma erupção feroz das forças sociais e políticas a que os neoliberais de uma só vez se opuseram, subestimaram e deformaram com seu projeto desdemocratizador [...] que surge da sociedade que os neoliberais pretendiam desintegrar, mas não conseguiram derrotar e que assim foi deixada sem normas civis nem compromissos comuns.³¹

No entanto, haveria alguma repercussão mensurável no cenário brasileiro que apontasse a relação entre neoliberalismo e neoconservadorismo? Ou melhor, como tornar visível a relação entre os princípios e valores cristãos em evidência pelo crescimento do evangelicalismo e, por conseguinte, da bancada evangélica e a forma de governamentalidade neoliberal? Em outras palavras, como a necessidade neoliberal de criação de um novo design social estaria influenciando no comportamento de parlamentares da base evangélica? Se há alguma relação entre seus credos e dogmas e os projetos e votações no congresso nacional, torna-se tarefa da crítica analisá-las.

A articulação dos evangélicos na redemocratização

A democracia brasileira moderna foi instituída com o fim do regime militar e a promulgação da Constituição da República de 1988, sendo um marco para a reconfiguração da relação entre religião e política no país. Esse processo ampliou tanto os espaços de

participação social e institucional, como também tornou viável a entrada de grupos religiosos no cenário político.³² Nesse contexto, os evangélicos, com ênfase nos pentecostais e neopentecostais, mudaram de posição, saindo de um lugar histórico de afastamento da política partidária para uma atuação mais estratégica e institucionalizada.³³ A ascensão política dos evangélicos não aconteceu isoladamente, visto que também houve a ascensão de uma nova direita brasileira. De acordo com Ronaldo de Almeida,³⁴ o conservadorismo evangélico disputa a agenda moral e se articula com a agenda neoliberal, por exemplo, da segurança pública, com o caráter punitivista. Essa interação com outros temas conservadores expressa uma estratégia de articulação que combina a defesa da maioria cristã com projetos de lei que tratam sobre desregulamentação trabalhista e repressão penal, por exemplo. A articulação entre religião e neoliberalismo é um dos pilares do neoconservadorismo da periferia, que Lacerda,³⁵ entre outros, estabelece como uma articulação entre moralismo religioso, punitivismo e um neoliberalismo adaptado às condições socioeconômicas da sociedade brasileira. Nesse sentido, a Frente Parlamentar Evangélica surge como um grupo plural e multifacetado que atua no Congresso Nacional, visando propostas legislativas que estejam alinhadas com os princípios de moralização da vida pública, medidas de austeridade e Estado mínimo. Essa combinação de fatores não é aleatória, uma vez que essas pautas se conectam, sobretudo quando os parlamentares evangélicos unem o discurso da responsabilidade individual - característico do neoliberalismo - com a defesa de valores familiares cristãos, e com isso fazem propaganda de uma agenda sustentada pela fé e disciplina moral.

Paul Freston,³⁶ um dos nomes mais relevantes na área de pesquisa sobre a presença evangélica na política brasileira, explica que a entrada desse grupo no campo político institucional não aconteceu de maneira coesa e espontânea, sendo na verdade um processo de reconfiguração progressiva do campo religioso em resposta às transformações sociais, urbanas e políticas no Brasil. Quando analisamos o campo protestante brasileiro, notamos quase um mosaico, devido a segmentação institucional, que é consequência dos processos históricos de imigração, missões estrangeiras e fragmentações doutrinárias.³⁷ Essa variedade torna mais complexa a análise, mas por si só justifica a capacidade de adaptação ao contexto político nacional. Como desenvolve Freston, “a tendência ao cisma, manifestada sobretudo no pentecostalismo, é funcional nesse contexto”,³⁸ uma vez que torna possível alcançar novos grupos, adaptando-se ao contexto social. Devido à flexibilidade institucional, a expansão do pentecostalismo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, da centralidade das lideranças e da valorização em práticas religiosas com viés emocional e de resposta rápida a crises socioeconômicas.³⁹

Paralelamente à redemocratização, o mundo pentecostal vivia a chamada segunda e terceira onda do pentecostalismo brasileiro determinadas por mudanças organizacionais e maior interação com a mídia, política institucional e mercado. Enquanto a segunda onda iniciou-se nos anos 1950 com a chegada de igrejas como a “Brasil para Cristo” e “Deus é a Amor”, que possuem forte ênfase na liderança carismática e na pregação em massa; a terceira onda ocorreu nos anos 1980, sendo marcada pelo crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), criando uma nova estratégia de ação política: empresarial, centralizada, midiática e pragmática.⁴⁰ A

partir dessa preponderância, a IURD adquire grande peso no cenário político, inclusive com a fundação do partido Republicanos, demonstrando como a relação entre instituições religiosas e partidos foram se moldando no campo institucional, já que ambos possuem objetivos de poder.⁴¹ Durante a década de 1980, na terceira onda, caracterizada pela ruptura com a tradição pentecostal,⁴² a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) assimila uma lógica organizacional de empresa, com investimento massivo em meios de comunicação, aderência à Teologia da Prosperidade e uma postura racional em relação à participação de lideranças religiosas na política institucional e partidária. O projeto político tem como objetivo restaurar uma ordem social hierarquizada, baseada nos ideais da família tradicional e da religião cristã, esses ideais são validados por grande parte do eleitorado.⁴³

Neste projeto, o conservadorismo evangélico combina pautas morais e econômicas, porém com características singulares, já que assume traços do capitalismo periférico, marcando uma diferença em relação à leitura realizada por Wendy Brown.⁴⁴ Segundo Lacerda,⁴⁵ enquanto o modelo estadunidense afirma uma relação entre neoconservadorismo e ultraliberalismo econômico; no Brasil, esta dinâmica é observada na defesa do empreendedorismo, no combate à atuação do Estado e a flexibilização das normas trabalhistas, ao passo que se dá apoio a programas assistencialistas e incentivos às igrejas.

Não devemos resumir o crescimento pentecostal apenas a características organizacionais, este aumento também está contextualizado sob a perspectiva da urbanização acelerada, precarização das relações de trabalho e a da crise das instituições

tradicionais. A partir da análise de Freston⁴⁶ de que o cisma do mundo pentecostal é na realidade um traço funcional, já que cada ruptura permite a criação de uma nova igreja mais adaptada ao contexto de determinada localidade, isso torna o campo evangélico mais dinâmico e responsivo às realidades socioeconômicas e culturais. Almeida⁴⁷ explica que nas regiões com maior vulnerabilidade socioeconômica são marcadas pela presença de templos pentecostais, uma vez que acabam por substituir a ação do Estado nesses espaços.

No decorrer da Assembleia Constituinte, os representantes evangélicos estavam alinhados com os católicos conservadores com o escopo de conter os avanços que colocavam em risco à moral cristã, como os direitos sexuais e reprodutivos, o reconhecimento de uniões homoafetivas e o ensino laico. Esse é o marco da atuação coletiva dos deputados evangélicos no Brasil democrático e na política institucional.⁴⁸ Com o decorrer dos anos, os parlamentares evangélicos passaram a se coordenar em torno de pautas comuns, aderindo ao discurso da moralidade religiosa como meio de atuação política e, por consequência, aproximando o eleitorado religioso.⁴⁹

A atuação deste grupo se institucionaliza em 2003, com a criação da Frente Parlamentar Evangélica, agregando deputados e senadores de inúmeras denominações religiosas com o objetivo de defender os valores cristãos e defender a representatividade do povo cristão junto ao parlamento. Somado a isso, também visam garantir que a legislação esteja em conformidade com os princípios bíblicos.⁵⁰ Desde então, a FPE é uma das maiores e mais influentes frentes parlamentares do Congresso Nacional com participação ativa nas comissões e no plenário.

Segundo Cassotta, Cerqueira e Lacerda,⁵¹ a Frente Parlamentar é uma ferramenta que atua para além dos partidos políticos, unindo congressistas de diferentes siglas em defesa de uma determinada pauta, neste caso, uma identidade religiosa comum. O que garante a presença e atuação constante da FPE é a transversalidade partidária, já que seus membros deram a capacidade de dialogar com governos de diferentes posições ideológicas, desde que suas pautas morais e conservadoras sejam consideradas no debate político.

Todavia, a institucionalização da representação evangélica não se resume somente à criação de frentes parlamentares ou da sua atuação na assembleia constituinte, existem exemplos de fundação de partidos políticos que surgem de determinadas instituições, como é o caso do Republicanos, citado acima, liderado pela cúpula da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), replicando a hierarquia da igreja, com organização centralizadora, contendo até mesmo comissões que buscam inviabilizar a autonomia das bases.⁵² Este controle permite que a IURD escolha como candidatos somente aqueles membros que são fiéis aos líderes da igreja, evitando rompimento e garantindo que o partido seja uma extensão da igreja nos espaços de poder.

Este exemplo de “igreja-partido” demonstra uma nova face da relação entre religião e política no Brasil, pois trata-se de uma configuração na qual a igreja se torna ela própria um ator político formalizado, podendo elaborar estratégias eleitorais, disciplinar seus membros, bem como se articular com outros grupos conservadores tanto do Congresso quanto da sociedade. As lideranças evangélicas deixam de ter apenas o púlpito para manifestarem sua fé, transformando o plenário em uma plataforma para lançarem

discursos religiosos, interligando-os com pautas de interesse público.

Sobre a atuação dos deputados evangélicos em pautas que ultrapassam aquelas que econômicas e de reforma do Estado, com posicionamentos alinhados a uma agenda neoliberal e conservadora.⁵³ Esse viés ideológico na atuação dos congressistas evangélicos demonstra sua importância nas políticas que moldam a estrutura econômica do país, ou seja, não se restringem apenas a decisões sobre moral e costumes.

Essa virada de chave na atuação dos parlamentares é explicada por Witeze Junior e Burity⁵⁴ como sendo a difusão do que chamam de “teologia neoliberal”, promovida por editoras como a Vida Nova, que desde 2014 tem aumentado sua produção em livros que unem cristianismo, valores morais conservadores e livre mercado. Os autores argumentam que a produção editorial que passou a circular no meio evangélico nos últimos anos também explica a consolidação do eleitorado evangélico para eleger representantes que tenham a mesma ideologia, Witeze Junior e Burity⁵⁵ explicam sobre o “kit política” divulgado por essa editora e que se dedica a propagar sobre o Estado mínimo, defendendo que a liberdade econômica é um valor cristão e que a moralidade pública deve seguir os princípios bíblicos.

Ainda sobre este gênero editorial, alguns autores possuem maior apelo como Wayne Grudem, Anthony Bradley e Dinesh D’Souza, defendendo que o poder político deve ser subordinado aos valores do cristianismo e que as políticas assistencialistas são vistas como idolatria, sob a justificativa de que cada esfera da vida social deve funcionar de maneira independente sob a providência divina. Esse

discurso fortalece a narrativa sobre corte de gastos públicos quanto à criminalização da pobreza, dando ênfase ao empreendedorismo como a materialização da fé.⁵⁶

Esse viés ideológico encontrou terreno fértil entre as lideranças evangélicas, uma vez que já discursavam sobre valores morais e família tradicional. O que há de novo é a adesão à agenda econômica liberal, que superou até mesmo temas de baixa popularidade no eleitorado, como a flexibilização das leis trabalhistas (2017), teto de gastos (EC 95/2016) e reforma da previdência. Fundamentando esta análise, Lacerda⁵⁷ detalha que existem contradições nessa cooperação, já que grande parte da base eleitoral evangélica depende de políticas assistencialistas, e esse apoio político às medidas de austeridade atinge diretamente esse grupo.

A partir da articulação de congressistas evangélicos com setores empresariais, cujo marco teria sido o impeachment de Dilma Rousseff,⁵⁸ a FPE apoiou as reformas econômicas propostas pelo então presidente Michel Temer em troca do apoio a uma agenda conservadora. Esse elo entre neoliberalismo e conservadorismo religioso não é pontual, pois representa um projeto político que usa elementos de austeridade econômica, desmonte de políticas públicas e conservadorismo moral. A união desses elementos dá origem ao conceito de “neoconservadorismo de periferia”⁵⁹ que faz referência a adaptação do modelo estadunidense para a realidade brasileira. Os congressistas evangélicos, têm um papel crucial nesse aspecto, já que precisam equilibrar o discurso da meritocracia e as demandas sociais de sua base, é nesse momento que a fé entra como ferramenta legitimadora de reformas impopulares.

Com isso, é possível afirmar que o discurso evangélico conservador é uma ferramenta que atinge diversos campos já que moraliza o debate econômico, pois apresenta o mercado como um meio neutro; criminaliza pensamentos políticos divergentes, associando, por exemplo, o comunismo a uma rebelião contra Deus; e, por fim, fortalece a repressão penal, defendendo o endurecimento das penas. Este discurso cria um inimigo simbólico, que é o “esquerdista”, o “imoral”, diante dos quais as reformas estruturais e a imposição da religião em todas as esferas, inclusive na administração pública, é a arma que deve ser usada para superar este “mal”.

O governo de Jair Bolsonaro deu impulso para esta percepção com a adoção de uma agenda econômica neoliberal, reforçando pautas morais e religiosas. A Frente Parlamentar Evangélica foi uma das principais aliadas do governo em propostas como autonomia do Banco Central,⁶⁰ privatização de empresas estatais e os cortes no orçamento da saúde e da educação. Em troca, o governo concedeu espaço para as lideranças evangélicas na Esplanada dos Ministérios, nomeando pastores como ministros de estado, além de apoiar a pauta de liberdade religiosa como escudo contra o avanço de direitos progressistas.⁶¹ Essa aliança estratégica se apresenta como sendo a materialização da racionalidade política da fé, construindo um projeto de sociedade baseado na moral cristã e na austeridade econômica. Com isso, podemos afirmar que a reconfiguração dos grupos evangélicos para alcançarem os espaços no poder público não é apenas um fenômeno religioso, mas sim um processo ideológico que relaciona mercado e conservadorismo com o fito de definir os limites e poderes do Estado.

Ao analisar com maior afinco a participação da Frente Parlamentar Evangélica no governo Bolsonaro, percebe-se que esta se consolidou como uma sustentação política do executivo no congresso. A nomeação de pastores e lideranças religiosas para cargos relevantes no governo é um dos indicativos dessa proximidade entre a gestão Bolsonaro e os evangélicos, como, por exemplo, os ministérios da Educação, da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Cidadania foram ocupados por figuras ligadas ao campo evangélico. Isso reforça a hipótese de que havia uma “cota evangélica” no governo, e em troca tinha-se a fidelidade política no Congresso e apoio ao Presidente da República.

No que diz respeito ao uso político da moral religiosa, Lacerda⁶² trata sobre a forma que os líderes religiosos usam termos como “guerra espiritual” e “comunismo demoníaco” para manter a coligação com setores militares, justificando a tendência ao autoritarismo. Sob essa perspectiva, o conservadorismo religioso evangélico é uma ferramenta de mobilização política que atribui sentido moral à administração pública, reforçando um discurso em tom de ameaça vindo de forças anticristãs. Outro contexto importante para compreensão desse fenômeno é a atuação das igrejas nas periferias urbanas. Como explica Bricalli,⁶³ isso acontece a partir da lógica de disciplinamento social e da moral. Nessas localidades, a religião é o meio pelo qual torna possível reforçar valores conservadores como família, autoridade e obediência, com isso é evidente que o conservadorismo ultrapassa o parlamento, pois atinge todas as camadas da sociedade.

O pilar do conservadorismo político-religioso evangélico está ligado diretamente à moral que define como parâmetros da vida pública os valores do cristianismo evangélico. Witeze Junior e Burity⁶⁴ explicam

que a base evangélica no congresso não é apenas representante de seus eleitores, estão lá como responsáveis para restaurar a moralidade pública de acordo com os princípios bíblicos. Esse conservadorismo é midiático, criando uma narrativa de guerra simbólica que consiste na degeneração moral da sociedade, transformando valores religiosos em pilares de sustentação institucional, ou seja, a fé passa a ser um instrumento garantidor da ordem social. Com isso, o conservadorismo religioso não se restringe somente ao campo institucional brasileiro, já que se adapta a outros setores da sociedade buscando regular o comportamento dos indivíduos. Dessa forma, a linguagem religiosa se transforma como ferramenta para aplicar a disciplina moral e social, ordenando o dia a dia nas periferias urbanas.⁶⁵

A partir dessa lógica, os valores morais religiosos são indicadores da “cidadania moral”, de modo que aderir à eles condiciona maior pertencimento à comunidade crente. De acordo com Miskolci e Campana,⁶⁶ essa moralidade estabelece padrões comportamentais aceitáveis, o que leva à construção dos “pânicos morais” ligados à defesa da família tradicional e oposição à agenda de gênero. Também há uma vigilância constante entre aqueles que aderem a esse comportamento e os indivíduos que não apoiam esta conduta são excluídos sob a justificativa que não atendem ao chamado divino.

Nessa dominação e pauta de comportamentos, as periferias urbanas são os principais alvos das denominações evangélicas. Machado⁶⁷ afirma que nesses espaços, os projetos religiosos chegam junto com ações sociais (saúde, segurança pública, mídia) que estão vinculadas à fé evangélica, propagando um guia moral e político para essas comunidades vulnerabilizadas. De acordo com a autora, as

lideranças religiosas também dão orientações tanto para a vida individual daquele que está disposto a ouvir quanto para soluções para os problemas coletivos, atuando como agentes para promover a ordem e o controle. Essa disciplina moral é baseada em princípios bíblicos, o padrão de cidadão é o crente disciplinado, e os desviantes são vistos como moralmente inferiores. Com isso, as igrejas promovem uma lógica excludente, na qual o reconhecimento social está diretamente conectado à obediência aos preceitos religiosos e a punição aos dissidentes.

Nesse cenário, o dispositivo urbano é um conceito chave para compreender a função política das igrejas evangélicas. De acordo com Bricalli⁶⁸ o dispositivo urbano neoliberal é uma ferramenta institucional que articula o poder público, esfera privada e lideranças religiosas para governar a população, especialmente localidades periféricas. Nesses espaços, as igrejas atuam como mediadoras da gestão da pobreza, definindo as subjetividades e orientando como os fiéis devem se comportar. O discurso moralista é o que rege essa lógica, também há orientações para o empreendedorismo e controle da sexualidade, reforçando a função política neoliberal e conservadora.

Essa atuação se apresenta como um “arranjo governamental difuso”,⁶⁹ isto é, a igreja substitui parcialmente a presença do Estado, moldando os indivíduos de acordo com os seus preceitos e ideais. Uma vez que oferecem respostas rápidas para problemas urgentes, como o desemprego e violência, distribuição de alimentos e aconselhamento. Com isso, os templos evangélicos se tornam protagonistas nos territórios socialmente e economicamente vulneráveis.

Como exemplo disso, Machado⁷⁰ faz uma análise empírica das periferias cariocas e destaca como os projetos crentes se relacionam com a agenda política, social e até mesmo de segurança pública. A autora apresenta que diversas instituições religiosas possuem alianças com o Estado, com o poder policial e até mesmo com organizações da sociedade civil, intervindo nas comunidades através de ações de “transformação” moral daqueles que vivem ali. A lógica conservadora está por dentro dessas ações que visam padronizar os sujeitos na conduta da moral cristã, principalmente nos aspectos de sexualidade e gênero. Isso reforça a percepção de que a presença das igrejas evangélicas na periferia é mais do que uma manifestação de fé, mas sim uma estratégia política. Este dispositivo urbano neoliberal é reforçado a partir da ausência do Estado e a força das igrejas, estimulando a cidadania religiosa pautada na fé e na meritocracia e abrindo espaço para o enraizamento cada vez maior da religião na política brasileira.

Considerações Finais

Apesar da Constituição brasileira garantir a laicidade do Estado, a estrutura política e jurídica do Brasil facilita e permite a participação de grupos religiosos no processo de tomadas de decisões sobre temas que irão afetar toda a sociedade, como aprovação de normativas legislativas e políticas públicas. Isto se prova na atuação de grupos confessionais no Congresso Nacional, reforçando a hipótese de que a separação entre religião e Estado, mesmo que garantida constitucionalmente, não acontece na realidade. Assim, a participação de pentecostais e carismáticos católicos não se resume a uma prática que seja vista apenas de modo negativo, mas por diversos fatores e arranjos políticos acabaram se tornando parte do sistema político nacional.

Além disso, a pesquisa sugere que o neoliberalismo – como o modelo de economia no qual a intervenção do Estado na economia é mínima, incentivando a privatização e valorização do livre mercado, ou seja, um Estado pró-mercado – é se articula com a concepção política e religiosa da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. Por isso mesmo, a bancada evangélica une o moralismo religioso com elementos específicos do neoliberalismo, isto é, sustenta políticas de austeridade, quando não afetam suas bases políticas e, em contrapartida, apoiam programas de benefícios sociais que garantem o apoio do eleitorado.

Analisando a atuação legislativa da FPE, observa-se que os projetos de lei que buscam aumentar garantias sociais ou que promovem maior regulamentação estatal são combatidos pelos parlamentares desta frente com discursos que enaltecem a liberdade econômica. Alguns exemplos dessa atuação foram os movimentos em relação a propostas de regulação do trabalho doméstico, defesa da terceirização irrestrita e também a oposição nas pautas que versam sobre equidade de gênero no mercado de trabalho. Todavia, a bancada evangélica, mesmo que plural e vinculada a diversos partidos políticos, também se posiciona contra a ampliação dos direitos reprodutivos ou regulamentação da educação sexual nas escolas, de acordo com o discurso religioso conservador.

Em contrapartida, este mesmo grupo de parlamentares se posiciona a favor de incentivos fiscais e isenções tributárias para templos evangélicos, o que é mais uma demonstração da oposição já citada neste trabalho, isto é, a defesa do Estado mínimo não é considerada quando se trata da defesa de seus próprios interesses ou dos grupos religiosos aliados. Tal conduta expressa um padrão de estratégia política que combina componentes do neoliberalismo econômico

com a bandeira de um conservadorismo moral e social, revelando uma influência evangélica em diversas áreas da atuação legislativa como trabalho, direitos humanos e economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. *Horizonte antropológico*, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/QMLCv3b6fv6kGDfb86CgJ3J/?format=pdf&lang=pt>.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. *Não sou político, sou gestor*. Tradução . Folha de S. Paulo. Poder, São Paulo, 2016., p. 5 out. 2016. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Arretche_MTS_60_2784976_NaoSouPoliticoSouGestor.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. Org. Michael Löwy. Trad. Nélio Schneider. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRICALLI, Iafet Leonardi . Os evangélicos e o dispositivo urbano neoliberal: Governando as populações e os territórios urbanos periféricos. *Geografares*, Vitória, Brasil, v. 2, n. 34, p. 46– 69, 2022. DOI: 10.47456/geo.v1i34.37893. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/37893>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. Trad: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CASSOTTA, Priscilla Leine; CERQUEIRA, Claudia; LACERDA, Fábio. Religião e Política: Balanço das Temáticas e Pesquisas Recentes no Brasil (2016–2021). *Revista Agenda Política*, v. 9, n. 2, p. 4-16, 2021.

CERQUEIRA, C. Igreja como partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 107, p. e3610703, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YWZWKnDk6LwvPpbSZ3PRnVQ>. Acesso em: 11 maio. 25.

CHAMAYOU, G. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. Trad: Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2020.

COOPER, Melinda. *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. New York: Zone Books, 2017.

CUNHA, Y. R. Golpe Parlamentar e Reformas Neoliberais: A Atuação da "Bancada Evangélica". *Revista de Ciências Sociais*, UNESP/Marília, 2020. Disponível em: <https://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/201871615416.pdf>.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; GUÉGUEN, H.; LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. *A Escolha da Guerra Civil: Uma Outra História do Neoliberalismo*. Trad. Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.

ESPOSITO, Roberto. *Dois*. A máquina da teologia política e o lugar do pensamento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

FRESTON, Paul. *Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Campinas, SP: [s.n.], 1993. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1993.69813>

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos).

GAGO, Verônica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante.

LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/12476/1/tese%20Marina%20Basso%20Lacerda.pdf>.

LACERDA, Marina Basso. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. *Religião & Sociedade*, v. 42, n. 1, p. 153–176, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/Yvgm4T74KWZHN4vYttLrxVB/abstract/?lang=pt>.

MACHADO, C. "É muita mistura": projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, v. 33, n. 2, p. 13–36, jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/sM9634Kkq6CVnsGTjtDfpJr/abstract/?lang=pt>.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 1, n. 44, p. 24–44, mar. 1996. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/edicao-44/>. Acesso em: 19 maio. 2025.

MUDDE, Cas. *A extrema direita hoje*. Tradução João Marcos E. D. de Souza. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 725–747, 2018. DOI: 10.1590/s0102-69922017.3203008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/7719>.

RAMOS SHIOTA, R.; DE SOUZA POSSMOZER, M. O Brasil cristão da Frente Parlamentar Evangélica. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 13, n. 39, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/56449/751375151515>.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado*. A crise adiada do capitalismo democrático. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Org.) *The road from Mont Pèlerin*. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Harvard

University Press/Cambridge, Massachusetts, London, England: 2009.

WITEZE JUNIOR, Geraldo; BURITY, Joanildo. Teologia neoliberal: uma análise do "kit política" de Edições Vida Nova. *Revista de Estudos da Religião - REVER*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 119- 140, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/64066>.

Autora 1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (PPGCP/UFPI). Bacharel em Direito pela UniFacid. Bacharel em Ciência Política pela UFPI.

Autor 2. Professor Adjunto no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Piauí, do Mestrado Profissional em Filosofia – UFPI e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - UFPI.

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹ BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. Org. Michael Löwy. Trad. Nélio Schneider. 1 ed. São Paulo: Boitempo, pag. 21, 2013

² AGAMBEN, G. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo: Boitempo, 2011. ESPOSITO, Roberto. *Dois. A máquina da teologia política e o lugar do pensamento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

³ COOPER, Melinda. *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. New York: Zone Books, 2017.g. GAGO, Verônica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante. BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no*

Ocidente. Trad: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019

⁴ STREECK, Wolfgang. Tempo comprado. A crise adiada do capitalismo democrático. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018.

⁵ FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos). DARDOT, P.; LAVAL, C. A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

⁶ A abordagem de Cas Mudde (2022) se mostra útil para categorizar a extrema direita: refere-se a forças políticas que, em contraste com a direita tradicional, posicionam-se como antissistêmicas ou, mais especificamente, como adversárias da democracia liberal. Segundo o autor, a extrema direita divide-se em duas vertentes principais: a direita radical e a direita ultraradical. Ambas rejeitam o consenso liberal-democrático consolidado no pós Segunda Guerra Mundial, mas divergem em seus métodos. A primeira adota um viés reformista, contestando elementos específicos da democracia liberal sem abandonar seus fundamentos (como soberania popular e governo da maioria), enquanto a segunda assume uma postura revolucionária conservadora, repudiando a própria essência democrática.

⁷ WITEZE JUNIOR, Geraldo; BURITY, Joanildo. Teologia neoliberal: uma análise do "kit política" de Edições Vida Nova. Revista de Estudos da Religião - REVER, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 119-140, 2024. ⁸ LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia:

articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018.

⁸ LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018.

⁹ WITEZE JUNIOR, Geraldo; BURITY, Joanildo. Teologia neoliberal: uma análise do "kit política" de Edições Vida Nova. Revista de Estudos da Religião - REVER, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 119-140, 2024.

¹⁰ BROWN, Wendy. Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente. Trad: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

¹¹ MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Org.) The road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Harvard University Press/Cambridge, Massachusetts, London, England: 2009.

¹² FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos). DARDOT, P.; LAVAL, C. A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

¹³ BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. Trad. Mario A. Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, p. 27, 2019.

¹⁴ CHAMAYOU, G. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. Trad: Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2020.

¹⁵ BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. Trad. Mario A. Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, p.111, 2019.

¹⁶ ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. *Não sou político, sou gestor*. Tradução. Folha de S. Paulo. Poder, São Paulo, 2016. p. 5 out. 2016.

¹⁷ BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. Trad. Mario A. Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p. 31

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Idem, p. 16-17.

²⁰ Idem, p. 17.

²¹ Ibidem.

²² Idem, p. 19.

²³ BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. Trad. Mario A. Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p. 20.

²⁴ Idem, p. 21-22

²⁵ Idem, p. 114.

²⁶ BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. Trad. Mario A. Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p. 23.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem.

²⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

³⁰ BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. Trad. Mario A. Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p. 24.

³¹ Idem, p. 26.

³² FRESTON, Paul. *Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Campinas, SP: [s.n.], 1993.

³³ CUNHA, Y. R. Golpe Parlamentar e Reformas Neoliberais: A Atuação da "Bancada Evangélica". Revista de Ciências Sociais, UNESP/Marília, 2020. MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. Revista de Estudos da Religião, São Paulo, v. 1, n. 44, p. 24–44, mar. 1996.

³⁴ ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. Horizonte antropológico, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, 2020.

³⁵ LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018.

³⁶ FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Campinas, SP: [s.n.], 1993.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Idem, p. 36.

³⁹ FRESTON, Paul. *Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Campinas, SP: [s.n.], 1993. MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. Revista de Estudos da Religião, São Paulo, v. 1, n. 44, p. 24–44, mar. 1996.

⁴⁰ FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Campinas, SP: [s.n.], 1993.

⁴¹ CERQUEIRA, C. Igreja como partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, n. 107, p. e3610703, 2021.

⁴² FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Campinas, SP: [s.n.], 1993.

⁴³ LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018. ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. Horizonte antropológico, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, 2020. CERQUEIRA, C. Igreja como partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, n. 107, p. e3610703, 2021.

⁴⁴ BROWN, Wendy. Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente. Trad: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

⁴⁵ LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018.

⁴⁶ FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Campinas, SP: [s.n.], 1993.

- ⁴⁷ ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. Horizonte antropológico, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, 2020.
- ⁴⁸ FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Campinas, SP: [s.n.], 1993. CASSOTTA, Priscilla Leine; CERQUEIRA, Claudia; LACERDA, Fábio. Religião e Política: Balanço das Temáticas e Pesquisas Recentes no Brasil (2016–2021). Revista Agenda Política, v. 9, n. 2, p. 4-16, 2021.
- ⁴⁹ ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. Horizonte antropológico, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, 2020. LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018. .
- ⁵⁰ CASSOTTA, Priscilla Leine; CERQUEIRA, Claudia; LACERDA, Fábio. Religião e Política: Balanço das Temáticas e Pesquisas Recentes no Brasil (2016–2021). Revista Agenda Política, v. 9, n. 2, p. 4-16, 2021.
- ⁵¹ Ibidem.
- ⁵² Ibidem.
- ⁵³ Verificar. CUNHA, Y. R. Golpe Parlamentar e Reformas Neoliberais: A Atuação da "Bancada Evangélica". Revista de Ciências Sociais, UNESP/Marília, 2020. WITEZE JUNIOR, Geraldo; BURITY, Joanildo. Teologia neoliberal: uma análise do "kit política" de Edições Vida Nova. Revista de Estudos da Religião - REVER, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 119-140, 2024.

⁵⁴ WITEZE JUNIOR, Geraldo; BURITY, Joanildo. Teologia neoliberal: uma análise do "kit política" de Edições Vida Nova. Revista de Estudos da Religião - REVER, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 119-140, 2024.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018.

⁵⁸ CUNHA, Y. R. Golpe Parlamentar e Reformas Neoliberais: A Atuação da "Bancada Evangélica". Revista de Ciências Sociais, UNESP/Marília, 2020.

⁵⁹ LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018.

⁶⁰ RAMOS SHIOTA, R.; DE SOUZA POSSMOZER, M. O Brasil cristão da Frente Parlamentar Evangélica. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 13, n. 39, 4 dez. 2020.

⁶¹ ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. Horizonte antropológico, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, 2020.

⁶² LACERDA, Marina Basso. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. *Religião & Sociedade*, v. 42, n. 1, p. 153–176, jan. 2022.

⁶³ BRICALLI, Iafet Leonardi. Os evangélicos e o dispositivo urbano neoliberal: Governando as populações e os territórios urbanos periféricos. *Geografares*, Vitória, Brasil, v. 2, n. 34, p. 46–69, 2022.

⁶⁴ WITEZE JUNIOR, Geraldo; BURITY, Joanildo. Teologia neoliberal: uma análise do "kit política" de Edições Vida Nova. *Revista de Estudos da Religião - REVER*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 119-140, 2024.

⁶⁵ MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 725–747, 2018.

BRICALLI, Iafet Leonardi. Os evangélicos e o dispositivo urbano neoliberal: Governando as populações e os territórios urbanos periféricos. *Geografares*, Vitória, Brasil, v. 2, n. 34, p. 46–69, 2022.

MACHADO, C.. "É muita mistura": projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, v. 33, n. 2, p. 13–36, jul. 2013.

⁶⁶ MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 725–747, 2018.

⁶⁷ MACHADO, C.. "É muita mistura": projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, v. 33, n. 2, p. 13–36, jul. 2013.

⁶⁸ BRICALLI, Lafet Leonardi . Os evangélicos e o dispositivo urbano neoliberal: Governando as populações e os territórios urbanos periféricos. *Geografares*, Vitória, Brasil, v. 2, n. 34, p. 46–69, 2022.

⁶⁹ Idem, p. 56.

⁷⁰ MACHADO, C.. "É muita mistura": projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, v. 33, n. 2, p. 13–36, jul. 2013.